



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
Gabinete Vereador ANTONIO FARIAS (AONDE É)

REQUERIMENTO Nº 5113

Requer o registro nos anais desta Casa, de matéria publicada no Jornal O estado, caderno Economia, página 11, do dia 12 de novembro de 2013, com o título "Iluminação Pública] Municípios assumirão a gestão em 2014", na forma que indica.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza

O Vereador Antonio Farias (AONDE É) – PTC, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, respeitosamente, requer de V. Exa., após ouvido o Plenário, que seja inserido nos anais desta Casa a reportagem do Jornal O estado, caderno Economia, página 11, do dia 12 de novembro de 2013, com o título "Iluminação Pública] Municípios assumirão a gestão em 2014".

Departamento Legislativo em 12 de novembro de 2013.

Vereador Antonio Farias
(AONDE É) - PTC

DEPTO. LEGISLATIVO
RECEBIDO

12 NOV. 2013

[Handwritten signature]
Nº de fls. 01
Secretário

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

a gestão em 2014

Medida deve ser tomada por todas as prefeituras do País. No Ceará, 160 municípios ainda não respondem pelo serviço.

Baseado no artigo 30, inciso V, da Constituição Federal, a Resolução 414/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), estabelece que, até o próximo dia 31 de janeiro de 2014, os ativos da iluminação pública, no que concerne à gestão e manutenção sejam transferidos das concessionárias - que realizam esse serviço - para as prefeituras. O assunto está sendo discutido com os prefeitos do Ceará, em semáforo, iniciado ontem, em Fortaleza, promovido pela Associação de Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece).

"Tudo o que é novo gera certo receio, embora, no caso da iluminação pública, é imprescindível que o município assumira (a gestão), e que aqueles menores possam fazer consórcio com outros municípios pra resolver o tema", evidencia o diretor institucional da Coelce, José Nunes. Ele informa que, no Estado, a companhia é a responsável direta pela iluminação pública de 160 municípios. No entanto, essa realidade deverá ser alterada, a partir do próximo ano.

é 31 de janeiro de 2014. Porém, a Aneel estuda a possibilidade de estender, para 31 de dezembro de 2014, a data limite de adequação para os municípios com menos de 50 mil habitantes. Ao comentar o assunto, o superintendente de Regulação Comercial da Aneel, Marcos Bragatto, defende que a resolução veio para corrigir a irregularidade, já que, no País - em uma maioria das unidades da federação -, as distribuidoras continuam prestando esse serviço de manutenção uma vez que em 70% dos municípios brasileiros continuam da iluminação pública. "Elas (concessionárias) estão prestando um serviço que não é delas, e, sim, dos municípios", observou o superintendente.

Segundo ele, a norma foi necessária no sentido de dar um "comando às distribuidoras para que, em um determinado prazo, estabeleçam essa interlocução com os municípios e transfiram essa responsabilidade para as prefeituras", informou. O superintendente destacou, também, que o Ceará é um dos estados que tem a

aqui no Ceará, a maioria dos municípios é a companhia distribuidora quem presta o serviço, é fundamental que estejam aqui, fazendo os esclarecimentos necessários aos gestores", disse Bragatto.

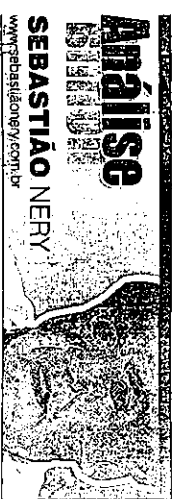
CUSTOS

A Constituição de 1988 define a iluminação pública como de responsabilidade do município e, para isso, permite a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública (CIP), o que, no caso do Ceará, é cobrada por vários municípios. Com a municipalização da iluminação pública, as prefeituras deverão verificar a suficiência de recursos diante das novas obrigações, como explica Marcos Bragatto. "Não sendo, poderá haver eventual majoração, ou o município pode encontrar outra solução e planejamento de orçamentos, não promovendo o aumento da contribuição. Cada caso será tratado por cada prefeitura", ressaltou. Cada experiência de outros municípios que já assumiram a gestão da iluminação pública, no Ceará, conforme o diretor institucional da Coelce, José Nunes - quanto

ve alteração de valores das taxas cobradas dos clientes. Outra opção para os municípios menores é o compartilhamento da gestão da iluminação pública, de acordo com o superintendente da Aneel. "Nas pequenas cidades, essa opção

tem se mostrado a melhor. Como elas têm poucos pontos de iluminação - não tendo escala -, e contratarão o serviço com terceiros, o custo é muito alto. A partir do momento que essas cidades se unem na região, e ganham, em escala, aumentam o número de pontos a serem envolvidos no contrato, e tem a oportunidade de terem custos reduzidos. São melhores serviços, a preços menores", sugeriu Bragatto.

O diretor institucional da Coelce, por sua vez, destacou que a prática desses consórcios entre as pequenas cidades, deverá ocorrer sem que haja maiores dificuldades pelas empresas. Normalmente elas fazem oferta em uma região, pagando mais de um município, e acreditamos que - com o passar do tempo, e os municípios vivenciarem os benefícios que isso pode



Análise
SEBASTIÃO NERY
www.sebastiaoery.com.br

UM BAIANO IMORTAL

Em maio de 1965, corridos do golpe militar de '64, um grupo de políticos, jornalistas, líderes sindicais e estudantes baianos, se encontraram em São Paulo no apartamento 250 do 3º andar, e generoso do jovem repórter da "Folha de S. Paulo", Adilson Augusto, um santo de 20 anos, ali na Major, Sebastião Nery, bem em cima do João Sebastião Bar, na boca da boca. Não era bem um apartamento. Era um quarto de pensão com sala e banheiro, no sótão de velho casarão de 1920 andares, as escadas gemendo e um bochecho (depois da Licorne") fazendo barulho à noite inteira.

Era "A Mansarda". Houve noites em que dormimos 12 pessoas, empilhadas pelos cantos. Uma vez, o Adilson chegou de madrugada e não podia entrar. Não havia onde pôr seu colchoneiro. Como teria feito São Francisco, desentendi na escada para não acordar os "hóspedes".

"A MANSARDA"

- Eramos Mário Lima, deputado federal cassado e ex-presidente do Sindicato do Petróleo em Salvador; Hélio Duque, jornalista, professor, depois deputado federal do Paraná (PMDB); Domíngos Leonelli, deputado federal da Bahia (PMDB), hoje secretário do Governo da Bahia; Luís Gonzaga, presidente do MDB de Londrina; Carlos Capinan, o magnífico poeta e compositor; Lamago, publicitário; eu, outros.

Quase todos já haviam perdido o ano de 1964 nos quartéis de Salvador. Cada um, clandestino, lutava para livrar-se de mais um IPM e voltar à superfície. Enquanto a justiça e a liberdade não chegavam, usávamos nomes falsos, fazíamos biscaites e comíamos coletivamente nos "suna-

TORRES

- A consagradora eleição do romancista Antonio Torres para a Academia Brasileira de Letras (34 votos entre 39) é uma festa baiana na alma de todos nós desde seu primeiro começo. Em 1950, o "Jornal da Bahia" nascia já lá estavam Glauber Rocha, João Ubaldo, Muniz Sodré, eu, quando apareceu um magnífico